

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Menezes, Sezinando Luiz

ESCRAVIDÃO E EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE ANTÔNIO VIEIRA E JORGE BENCI

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
10, núm. 3, 2006, pp. 215-228

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESCRavidÃO E EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE ANTÔNIO VIEIRA E JORGE BENCI*

Sezinando Luiz Menezes¹

Resumo. O artigo analisa os sermões do Padre Antonio Vieira pregados aos escravos de um engenho da Bahia e a Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, texto escrito pelo também jesuíta Jorge Benci. Nosso objetivo é refletir sobre as propostas pedagógicas contidas nos sermões dos autores. Os escritos de ambos os jesuítas, elaborados no século XVII, fazem uma defesa da escravidão. Embora Vieira constate a violência do “doce inferno”, não a contesta e, dirigindo-se aos escravos, procura educá-los para a aceitação daquela relação de trabalho. Benci, de forma distinta de Vieira, prega aos senhores, e tendo como modelo a escravidão da antiguidade, procura mostrar-lhes que, no Brasil, os castigos são excessivos, que o trabalho é desmedido e que o tratamento reservado aos escravos é desumano. Benci propõe aos senhores uma redução da carga de trabalho e dos castigos e um melhor tratamento aos escravos. Assim, embora tenham posições distintas, ambos os jesuítas não questionam a escravidão, ao contrário, procuram preservá-la. Vieira tenta educar os escravos para a aceitação e Benci busca ensinar aos senhores como governar os escravos.

Palavras-chave: instituições; escravidão; educação; Brasil colônia; jesuítas.

SLAVERY AND EDUCATION IN THE WORKS OF ANTONIO VIEIRA AND JORGE BENCI

Abstract. Antonio Vieira's sermons preached to slaves on a sugar mill in Bahia and *Christian economy in the slaves' government*, by Jesuit Jorge Benci, and their pedagogical proposals are analyzed. The 17th century sermons of both Jesuit priests are in favor of slavery. Although Vieira undersigns the violence of the “sweet hell”, he fails to go against the institution and in his sermons endeavors to educate towards an acceptance of their lot. Contrastingly to Vieira, Benci preaches to slave owners and, using the model of the slavery in classical antiquity, tries to show them that slave punishments are excessive, labor is immoderate and treatment inhuman. Benci proposes a decrease in labor and in punishments coupled to a better treatment towards slaves. Although they have different opinions, both Jesuits fail to undermine the institution of slavery; rather, they endeavor to preserve it. Vieira tries

* Artigo recebido em 29/09/2006 e aprovado em 27/11/2006.

¹ Professor Doutor do Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá.

to educate the slaves towards an acceptance of the slave institution and Benci teaches the slave owners the right manner of slave governance.

Keywords: colonial Brazil colony; institutions; education, Jesuits, slavery.

ESCLAVITUD Y EDUCACIÓN EN LOS ESCRITOS DE ANTONIO VIEIRA Y JORGE BENCI

Resumen: El artículo analiza los sermones para los esclavos de un ingenio de Bahía, del Padre Antonio Vieira, y el texto titulado “Economía cristiana de los señores para el gobierno de los esclavos”, escrito por Jorge Benci. Nuestro objetivo es reflexionar sobre las propuestas pedagógicas de estos jesuitas, elaboradas en el siglo XVII, en una clara defensa de la esclavitud. Si bien Vieira constata la violencia del “dulce infierno”, no la cuestiona y se dirige a los esclavos con la intención de educarlos para que acepten esa relación de trabajo. Al contrario, Benci se dirige a los señores y adopta como modelo la esclavitud de la antigüedad, en un intento de mostrar que en Brasil los castigos son excesivos, el trabajo desmedido y el trato dado a los esclavos, deshumano. A pesar de las posiciones aparentemente opuestas, ambos jesuitas no cuestionan el sistema esclavista sino lo contrario: tratan de preservarlo a través de caminos diferentes: Vieira hace hincapié en la educación de los esclavos, en cuanto que Benci centra su atención en los propietarios de esclavos.

Palabras clave: Instituciones; esclavitud; educación; Brasil colonial; jesuitas.

Este trabalho analisa os sermões da série Maria Rosa Mística, do Padre Antônio Vieira, e a **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**, livro escrito pelo também jesuíta Jorge Benci. Os sermões foram pregados pelo Padre Antônio Vieira aos escravos de um engenho da Bahia na primeira metade do século XVII e publicados no último quarto daquele século. O livro de Jorge Benci resultou da ampliação de um sermão anteriormente pregado e foi publicado em 1700. Contudo, previamente à análise dos sermões, cumpre-nos uma explanação sobre nossa opção por analisar os dois autores.

Desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, a escravidão é tema abordado pelos letrados que por aqui estiveram. Utilizando-nos de uma classificação um tanto superficial, dividiremos, para os fins deste trabalho, os letrados coloniais em dois grandes grupos. O primeiro desses grupos era constituído por escritores laicos, em geral senhores de engenho ou membros da burocracia régia. Contudo, “senhores e burocratas só eventualmente escreviam obras” (VAINFAS, 1986, p.53).

O principal núcleo de intelectuais na colônia era constituído, até meados do século XVIII, por religiosos, sobretudo jesuítas. Os religiosos, entretanto, não produziram uma literatura homogênea. A leitura das cartas, dos autos e dos sermões mostra transformações importantes ao longo dos mais de 200 anos em que os inicianos permaneceram no Brasil.

Atendo-nos a uma classificação cronológica, podemos afirmar também que os escritos coloniais sobre a escravidão podem ser divididos em três grandes momentos. O primeiro se inicia com a chegada dos primeiros colonizadores e se prolonga até meados do século XVII; o segundo vai de meados do século XVII até meados do século seguinte; finalmente, o terceiro desses períodos se inicia na segunda metade do século XVIII, quando diminui a influência dos religiosos e, segundo Antonio Candido (1993), se produz no Brasil um sistema literário. No primeiro desses três momentos, os autores – laicos ou religiosos – discutiam muito pouco a escravidão. Tanto em textos como os de Gabriel Soares de Souza (1587), Pero de Magalhães Gandavo (1576) e nos Diálogos das Grandezas do Brasil (1618), quanto nos escritos dos jesuítas, a escravidão é simplesmente uma constatação, ou quando muito, uma questão econômica.

Tal concepção pode ser observada, por exemplo, em Gandavo. Para esse autor, os aimorés, que vivem na Capitania de Ilhéus são um obstáculo ao avanço da colonização, pois “muitas terras viçosas estão perdidas junto desta Capitania, as quais não são possuídas dos portugueses por causa destes índios” (GANDAVO, 1980, p.34). Ainda segundo esse autor:

Os moradores desta Costa do Brasil todos têm terras de Sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães da Terra, e a primeira cousa que pretendem alcançar, são escravos përa lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra: e uma das cousas porque o Brasil não floresce muito mais, he pelos escravos que se alevantarão e fugirão përa suas terras e fogem cada dia: e se estes índios não foram tam fugitivos e mudáveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil. (GANDAVO, 1980, p.42)

Assim, como os escravos nativos fogem, Gandavo afirma que os africanos “são mais seguros (...) porque nunca fogem nem têm pera onde” (1980, p.43). No entanto, distinta é a posição do autor ao tratar dos índios da Capitania de Pernambuco. Esta capitania é descrita como

uma “das ricas terras do Brasil”. Uma das razões de tal riqueza é exatamente a existência de um grande número de índios escravizados. Em Pernambuco “tem muitos escravos índios que he a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram pera todas as outras Capitanias, por que há nesta muitos, e mais baratos que em toda a Costa” (GANDAVO, 1980, p.26). Assim, para o autor do século XVI o índio, de obstáculo a colonização, se transforma em a fator de riqueza.

O Padre Manoel da Nóbrega (1988) também trata a escravidão com naturalidade. Em uma de suas cartas escritas do Brasil e destinadas a D.João III afirma que o Colégio de Salvador precisa de escravos “da Guiné” para produzir a subsistência dos meninos. Nessa carta o jesuíta afirma:

O Colégio da Bahia seja de Vossa Alteza para o favorecer porque está já bem principiado e haverá nele vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao Governador (...) dar alguns escravos de Guiné á casa para fazerem mantimentos, porque a terra é tão fértil que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, si tiverem alguns escravos que façam roças de mantimentos e algodoais(...). (NOBREGA, 1988, p.126)

Em meados do século XVII, a consciência dos letrados sobre a escravidão colonial sofre uma “inflexão ideológica” (VAINFAS, 1986). A partir de então, a escravidão, que era apenas uma constatação, torna-se objeto de reflexão. Desse período destacam-se os sermões de Antônio Vieira, A **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**, e o conhecido livro de Antonil **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Ressalte-se, no entanto, que embora se torne objeto de reflexão, a escravidão não é, até então, contestada, pois, para a consciência pré-iluminista, a escravidão precisa ser explicada e entendida mas não precisa ser legitimada, pois não estava em questão.

Somente a partir da segunda metade do século XVIII a literatura produzida no Brasil sobre a escravidão incorpora a crítica ao chamado Antigo Regime, à desigualdade jurídica, que havia sido desenvolvida pelos iluministas. A partir de então é historicamente produzida uma nova consciência sobre a escravidão, pois a desigualdade jurídica e, por conseguinte, a propriedade de um homem sobre outro, tornam-se situações injustas e inaceitáveis.

Nesse texto nos deteremos em sermões escritos no segundo dos três períodos anteriormente mencionados, uma época em que a

escravidão, por um lado, já não é mais apenas uma constatação, e por outro, ainda não se tornou injusta e execrável.

Naquela época foram escritos no Brasil outros textos onde se discute a escravidão, porém a nossa preferência pelos textos de Jorge Benci e de Antônio Vieira não é aleatória. Tal escolha decorre, sobretudo, da forma literária utilizada pelos autores: o sermão. Em um mundo marcado pela oralidade, pela quase-inexistência tanto de escritores quando de leitores, pela escassez de livros, o sermão, escrito para ser lido, para ser falado a um público que se reúne nas igrejas para ouvir o orador, que se apresenta como intérprete da vontade divina, adquire uma grande importância. No momento em que está pregando, o orador tem legitimidade para abordar e discutir as mais diferentes questões. Além disso, o sermão tem um caráter pedagógico, pois pregar é ensinar. É do púlpito que Vieira e Benci lançam olhares sobre a escravidão, buscando o convencimento de seus ouvintes; no entanto, vêem-na de forma diferente. Iniciemos com Jorge Benci.

Na **Economia cristã** encontra-se uma das mais expressivas descrições do trabalho do escravo no Brasil Colonial. Segundo Benci;

O trabalho é contínuo, a lida sem sossego, o descanso inquieto e assustado, o alívio pouco e quase nenhum: quando se descuida, teme; quando falta, receia; quando não pode, violenta-se, e tira da fraqueza forças. Já o vereis em uma parte, já em outra, já nesta ocupação, já naquela, ei-lo com o machado nas matas, ei-lo com a enxada nas lavouras, ei-lo nas moendas moendo-se, ei-lo abrasando-se nas fornalhas. (BENCI, 1977, p. 89)

Embora reconheça a violência a que os escravos eram submetidos, Benci não condena a escravidão e explica sua origem a partir do pecado original, pois, “se Adão perseverasse no estado da inocência, em que Deus o criou, não haveria no mundo cativoiro, nem senhorio” (1977, p.47). Assim, o domínio de um homem sobre o outro, decorrente do pecado original, somente ocorre porque Adão não se manteve “inocente”.

Para Benci, a partir do momento em que o homem abandonou o estado de pureza, abriu caminho para o cativoiro no mundo, dando início às guerras e introduzindo o direito do domínio dos vencedores sobre os vencidos, pois:

(...) nas batalhas, que contra si davam as gentes se achou que era mais humano não haver tanta efusão de sangue introduziu o direito das mesmas gentes que se perdoasse a vida aos que não resistiam, e espontaneamente se entregavam aos vencedores; ficando estes com o domínio e senhorio perpétuo sobre os vencidos, e os vencidos com perpétua sujeição e obrigação de servir aos vencedores. (BENCI, 1977, p.49)

Se a escravidão é legítima, o mesmo não ocorreria com a forma de tratamento reservada pelos senhores aos escravos no Brasil. Para o jesuíta, a escravidão implica em obrigações mútuas entre senhores e escravos pois, “assim como o servo está obrigado ao senhor, assim o senhor está obrigado ao servo” (BENCI, 1977, p.50). Assim, para Benci, dar ao escravo sustento, trabalho e castigo não é apenas um direito; mais que isso, é uma obrigação devida por um senhor cristão aos seus escravos.

Benci fundamenta sua concepção na Epístola aos Colossenses do apóstolo Paulo² e em Aristóteles, pois; o “que achou nos senhores o Eclesiástico por instinto do Espírito Santo, alcançou Aristóteles com a luz da razão natural” (BENCI, 1977, p.50).

Com base no conhecimento revelado pelos escritos sagrados e pela razão, combinando “um texto com o outro texto, o profano com o sagrado” (1977, p.51), Benci chega à conclusão de que os proprietários não tratavam os escravos da forma correta, pois não usariam o “senhorio” que têm sobre eles com a moderação que exigiriam tanto a razão quanto a piedade cristã. Ou seja, o tratamento que os senhores reservam aos escravos não seria, para Benci, nem cristão nem racional.

Assim sendo, já na introdução da **Economia Cristã**, o autor explica as razões que o levaram a escrever e o público a que se destina o texto.

² Nesta epístola Paulo dirige-se aos habitantes de Colossas, pequena cidade da Ásia Menor, e afirma: “Mulheres, sejam submissas a seus maridos, pois assim convém a mulheres cristãs. Maridos, amem suas mulheres e não sejam grosseiros com elas. Filhos obedçam em tudo a seus pais, porque isso agrada ao Senhor. Pais, não irrite seus filhos, para que eles não fiquem desanimados. Escravos, obedçam em tudo aos seus senhores humanos, não só quando vigiados, para agradar aos homens, mas com simplicidade de coração por temor ao Senhor. Tudo o que vocês fizerem façam de coração, como quem obedece ao Senhor, e não aos homens. Fiquem certos de que receberão do Senhor, a herança como recompensa. O Senhor a quem vocês servem é Cristo. Quem comete injustiça, receberá de volta a injustiça, pois não há distinção de pessoas.” (BIBLIA, 1990, p.1518)

E para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e senhorio que têm sobre os escravos, com a moderação que pede a razão e a piedade Cristã: tomei por assunto, e por empresa dar à luz esta obra, a que chamo Economia Cristã: isto é, regra, norma e modelo, por onde se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores. Parece que cuidam muitos senhores que, por razão do senhorio, têm tão livre e absoluto domínio sobre os servos, como se fossem jumentos: de sorte que assim como o jumento nenhuma obrigação deve o senhor ao servo. (BENCI, 1977, p.49)

Conforme o seu autor, a **Economia cristã** pretende ser um modelo que deverá pautar o comportamento dos senhores ao governar os escravos. Benci considera que os senhores devem aos escravos determinadas “obrigações”, que consistem em tratar os escravos com justiça, em não tratá-los como animais, em dar-lhes o alimento - incluindo-se o alimento espiritual -, a disciplina – através dos castigos – e o trabalho – para coibir o pecado do ócio. Os escravos, por sua vez, devem obedecer aos senhores “com simplicidade de coração”.

E assim, nestas três palavras, *panis*, *disciplina*, *opus*, se compreendem todas as obrigações, que não são poucas as que devem os senhores aos servos. Por isso nelas fundarei os discursos desta *Economia Cristã*, em que pretendo instruir aos senhores, e especialmente aos do Brasil, façam distinção entre eles e os jumentos; da qual certamente não fazem os que só procuram tirar deles o lucro que interessam no seu trabalho. (BENCI, 1977, p.52)

O autor vai discutir, a partir de então, as obrigações do senhor para com o escravo, ou seja, o “sustento”; o “vestido” e o cuidado que devem ter os senhores com os servos em suas enfermidades; a “doutrina cristã” que os senhores são obrigados a ensinar, e finalmente, nos dois últimos discursos, o castigo e o trabalho.

Iniciando pela “primeira obrigação”, Benci afirma que:

Deve o senhor ao servo o pão, para que não desfaleça: *panis*, *ne succumbat*. E debaixo deste nome de pão, conforme a frase hebréia, se compreende primeiramente tudo aquilo que conduz para a conservação da vida humana, ou seja, o sustento, ou o

vestido, ou os medicamentos no tempo da enfermidade (BENCI, 1977, p.53).

Embora os senhores tenham a “obrigação natural” de prover aos escravos os meios necessários para a sobrevivência, isso nem sempre acontece, pois, em razão da “crueldade de alguns senhores (...) até o sustento que tão liberalmente dão aos animais brutos, negam aos cativos” (1977, p.5).

Além disso,

Senhores há, que não faltam aos escravos com a ração quotidiana; mas esta é tão limitada e escassa, que mais serve para que não morram à fome do que para que sustentem a vida. Se ao servo se lhe medisse o trabalho pela mesma medida, com que se lhe mede o sustento, calara-me eu nesse ponto. Porém que haja o escravo de trabalhar como mouro e comer como formiga: não sei que direito o permite. (BENCI, 1977, p.61-62)

Da mesma forma que a alimentação, o vestuário é insuficiente. A esse respeito Benci afirma:

Sendo pois obrigação precisa do senhores vestir aos servos: como se acham senhoras, que não dando com que se vistam às escravas, as querem mui bem trajadas? E de que sorte hão de buscar elas estes trajos e estes vestidos? Pedindo-os de esmola? Se vós, que lhe deveis de justiça, lhos não dais: como lhos há de dar por caridade quem lhos não deve? Sabeis o que é isto. É querer que elas o comprem a preço de pecados. E queira Deus que o não façam melhor, ou pior, do que eu o digo! Senão, dissei-me: de que e com que se traja a maior parte das escravas de todo o Brasil, senão à custa das ofensas que cometem contra Deus? (BENCI, 1977, p.67)

A mesma dramaticidade é observada quando Benci trata dos cuidados necessários em casos de enfermidades. Nesses casos, os escravos são abandonados a sua própria sorte, pois os senhores “os deixam morrer ao desamparo” (BENCI, 1977, p.81).

Com relação aos castigos, Benci é enfático, pois considera que, sendo merecido, os senhores têm obrigação de castigar fisicamente os escravos. Convém lembrar, mais uma vez, que, para o pregador, castigo não é direito, é obrigação do senhor.

A terceira obrigação dos senhores é dar ao escravo o castigo, para que se não acostume a errar, vendo que seus erros passam sem castigo: *Disciplina, ne erret*. Isto quer dizer *disciplina*, que vale o mesmo (como notam os intérpretes) que *castigatio*. (BENCI, 1977, p.126)

Conforme podemos observar, o castigo tem uma função disciplinadora. Sendo assim, os faltosos devem ser castigados para que não se habituem a errar. “Averigüem pois os senhores primeiro os delitos dos servos; e depois deles averiguados, então lhes não falem com o castigo” (BENCI, 1977, p.131). Contudo, por ter como objetivo disciplinar o escravo, o castigo “não deve passar de açoites e prisões moderadas”.

Finalmente, o jesuíta discute o que considera a quarta e última obrigação dos senhores, o trabalho. Para o autor, os senhores devem ocupar os escravos no trabalho, tanto “para que mereçam o sustento”, quanto para que os escravos não se tornem insolentes. No entanto, considera o trabalho dos escravos no Brasil excessivo, e prega que “o trabalho dos servos nos dias de serviço deve ser interpolado com o descanso necessário”. Além disso, o “trabalho dos escravos não deve ser excessivo e superior a suas forças”.

Convém lembrar ainda que a primeira obrigação do senhor é prover o escravo do alimento material e espiritual. Assim, caberia ao senhor zelar pela catequização dos seus escravos. Para tanto, entre as principais medidas a serem tomadas estava a obrigação dos senhores em “desocupar” os escravos nos dias santos e aos domingos.

Ao longo de sua exposição, Benci olha para a escravidão colonial - regida pela batuta da mercadoria - com os olhos da antiguidade e utiliza-se, para tanto, da obra de Aristóteles e da epístola de Paulo. Seu modelo de escravidão é aquela existente na antiguidade. Comete, dessa forma, o “pecado do anacronismo”, que consiste em analisar o passado utilizando-se de conceitos do presente, ou – o que é pior – analisando o presente com os conceitos forjados em uma historicidade que pertence ao passado. Diga-se, no entanto, que o anacronismo é perfeitamente aceitável na postura religiosa de Benci. Assim sendo, tenta mostrar aos senhores que o tratamento que reservam aos escravos não é nem racional nem cristão, e que tal irracionalidade coloca em risco a própria existência da escravidão. Visando preservá-la – pois a escravidão cumpriria uma finalidade religiosa, o “resgate” -, dirige-se aos senhores visando ensinar-

lhes como devem tratar os seus escravos. Passemos agora aos sermões do Padre Antônio Vieira.

Ao contrário de Benci, que se dirigiu, na **Economia Cristã**, aos senhores, nos sermões que selecionamos para nossa exposição o Padre Antônio Vieira pregava aos escravos nos engenhos da Bahia³.

Tal qual o Padre Benci, Vieira também revela toda a violência a que o escravo era submetido, e talvez tenha escrito uma das mais expressivas páginas da literatura de língua portuguesa ao descrever o trabalho nos engenhos, comparando-os ao inferno – o doce inferno.

E que cousa há na confusão deste mundo mais semelhante ao Inferno, que qualquer destes vossos engenhos e tanto mais, quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar **doce inferno**. E verdadeiramente quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio: os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forcados com que revolvem e atijam; as caldeiras ou lagos ferventes, com os tachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar: o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de trégua, nem de descanso: quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilónia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto etnas e vesúvios, que é uma semelhança de Inferno. (VIEIRA, 1940, vol.III, p.37-38).

Entretanto o autor ressalta que esse inferno pode se converter num paraíso, ao afirmar:

Mas se entre todo esse ruído, as vozes que se ouvirem, forem as do Rosário, orando e meditando os mistérios dolorosos,

³ Segundo Hernani Cidade (1940, vol. III, p.5 e 91), o primeiro desses sermões teria sido pregado na Bahia, à Irmandade dos Pretos de um engenho, no dia de São João Evangelista, no ano de 1633. Já o sermão vigésimo teria sido pregado “a uma confraria de escravos”.

todo esse inferno se converterá em paraíso, o ruído em harmonia celestial; e os homens, posto que pretos, em anjos. (VIEIRA, 1940, vol. III, p. 38).

Antônio Vieira retrata os horrores, a violência da escravidão; contudo não pretende com isso o fim desta relação de trabalho. Ao contrário, para o jesuíta, a verdadeira libertação, a liberdade do espírito, seria possibilitada pela própria escravidão.

Oh se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativoiro e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentilidade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade (...). Pelo contrário os filhos de coré, [os negros] perecendo ele, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram, e obedeceram a Deus: e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso. (VIEIRA, 1940, vol.III, p.26).

Conforme podemos verificar, longe de lamentar a escravidão, Vieira encontra nessa relação de trabalho o "milagre" que possibilita a libertação dos negros. Identifica a escravidão ao catolicismo, pois é esta instituição que possibilitaria a "salvação". Sem dúvida, ele reconhece o sofrimento, a violência a que eram submetidos os escravos. Entretanto, mesmo quando **constata** a violência, o autor não **contesta** a escravidão. Ao contrário, para Vieira, os escravos nos engenhos são imitadores de Cristo e seu sofrimento aproxima-os ainda mais de Deus.

(...) não há trabalho, nem género de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um desses engenhos (...). Bem-aventurados vós se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e a imitação de tão alta e divina semelhança aproveitar e santificar o trabalho! Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado (...) porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, em toda a sua paixão (...). A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as

chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio (...).

Em todas as intenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu, que o vosso. (...) vede vós quanto estimará agora os que outrem foram gentios, conformando-se com a vontade de Deus na sua sorte, lhe façam por imitação tão boa companhia. (VIEIRA, 1940, vol. III, p. 30-31).

Nos sermões vigésimo e vigésimo sétimo, Vieira retoma a mesma questão, qual seja, a escravidão como elemento que possibilita aos negros a verdadeira libertação. Segundo o jesuíta, o cativo dos escravos é apenas meio cativo, pois apenas o corpo era escravizado, enquanto a outra metade, a "alma", era livre, e somente havia se tornado livre porque o corpo havia sido conduzido ao cativo porque o cativo é cristão, ou melhor, porque no cativo o negro é cristianizado e na África continuariam pagãos.

(...) o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja, ou vos pareça, não é cativo total, ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela metade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo; porém na outra, a metade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, não sois cativos, mas livres. (VIEIRA, 1940, vol III, p.55).

Contudo, se a escravidão se faz necessária para a salvação dos negros, ou seja, se ela cumpre uma finalidade religiosa, sua existência decorre de uma necessidade humana, terrena. Segundo Vieira, Deus fez os homens "da mesma massa", fez todos iguais entre si: a desigualdade, as "distinções", e "diferenças", foram introduzidas pela "soberba" dos homens. Para Vieira, a escravidão não tem, portanto, origem divina. Ela é produto dos homens.

Assim, embora possibilite aos negros a "verdadeira salvação", a escravidão não é vista como natural, é entendida necessariamente a partir das relações estabelecidas entre os próprios homens. "Entre os homens dominarem os brancos, aos pretos, é força, e não razão ou natureza".

A aceitação da religião corresponde à aceitação da escravidão e a submissão a Deus corresponde à submissão ao senhor; mas a liberdade espiritual dos negros não aparece em Vieira como a contrapartida natural

e imediata da escravidão. Sem dúvida, o cativo representa a possibilidade da liberdade eterna, mas, por si só, não a assegura. Para tanto se exige, além da fé, a submissão. Nesse sentido Vieira não apenas legitima a escravidão, mas também se transforma num baluarte da manutenção da "paz social".

Vieira, a princípio, reconhece que a escravidão produz sofrimento; procura confortar o escravo identificando o seu sofrimento ao de Cristo, mas isto não o leva a contestar a escravidão. Ao contrário, mesmo sua preocupação com a "liberdade espiritual" dos escravos é subordinada à necessidade dessa relação de trabalho:

Estou vendo porém que o vosso contínuo trabalho e exercício pode parecer ou servir de escusa ao descuido dos menos devotos. Direis que estais trabalhando de dia e de noite em um engenho, e que as tarefas multiplicadas uma sobre outras (que talvez entram e se penetram com os dias santos) vos não deixam tempo nem lugar para rezar o Rosário. Mas aqui entra o novo nascimento de Cristo segunda vez nascido no Calvário, para com seu divino exemplo e imitação refutar a fraqueza desta vossa desculpa, e vos não haveis de esquecer da devoção de sua Mãe, pois o é também vossa, oferecendo-lhe ao menos alguma parte, quando comodamente não possa ser toda (...) Que fez David, como rei pio e como profeta? Como rei pio, que atendia ao bem presente do seu reino, vendo que os trabalhadores dos lagares não podiam rezar o saltério inteiro, e tão comprido como é, recopilou e abreviou o mesmo saltério, e reduziu as três partes, de que é composto, aos três salmos que intitulou: **Pró - Torcularibus**. (VIEIRA, 1940 vol. III, p.28-29 e 33-34).

Vieira reconhece que o trabalho não deixa tempo para que o escravo se dedique intensamente às coisas sagradas. Dessa forma, em Vieira, a moral religiosa subordina-se às necessidades da produção, pois a atividade religiosa do escravo não pode sobrepor-se à outra atividade, esta, sim, fundamental. Assim, apesar de abominar a forma que a escravidão assumiu no Brasil, sucumbe à consciência de que a produção colonial é mantida com base na escravidão.

Comparando, finalmente, os Sermões do Padre Vieira ao texto de Benci, podemos afirmar que os escritos de ambos os jesuítas mostram posições escravistas. Benci prega aos senhores e, tendo como modelo a escravidão da antiguidade, procura mostrar-lhes que, no Brasil, os castigos são excessivos, o trabalho é desmedido e que o tratamento reservado aos

escravos é desumano. Propõe aos senhores uma redução da carga de trabalho e dos castigos e um melhor tratamento aos escravos. Ou seja, por meio do sermão, o jesuíta busca ensinar aos senhores como deve ser uma administração cristã dos escravos.

Vieira, à semelhança de Benci, constata a violência do “doce inferno”, mas não a contesta e, dirigindo-se aos escravos, procura educá-los para a aceitação daquela violência. Assim, embora tenham posições distintas, ambos os jesuítas não questionam a escravidão, ao contrário, procuram preservá-la: Vieira tentando educar os escravos para a aceitação e Benci buscando ensinar aos senhores como governar os escravos.

REFERÊNCIAS

ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.

BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BIBLIA. português. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Paulinas, 1990.

CIDADE, Hernani. Seleção e ordenação, prefácio e notas. In: *Padre Antonio Vieira – Sermões pregados no Brasil*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1980.

NOBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a escravidão colonial*. São Paulo: Vozes, 1988.

VIEIRA, P.A. *Sermões pregados no Brasil – II A vida social e moral na colônia* (vol.III). Lisboa: Agência Geral das Coloniais, 1940.

